

# O Programa de Aquisição de Alimentos e o desenvolvimento local de Foz do Iguaçu/PR

*Regina Nascimento*

*Daniel Teotonio Nascimento*

## Resumo

Este estudo trata da relação entre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento local. O objetivo é verificar em que medida o PAA contribui na promoção do desenvolvimento e no fortalecimento da agricultura familiar no município de Foz do Iguaçu. Por meio de revisão bibliográfica foram abordados os conceitos de (e percepções sobre) desenvolvimento endógeno e agricultura familiar. Como procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa. A análise do impacto do PAA no município em questão foi fundamentada em relatórios e arquivos mantidos pelo órgão municipal responsável pela coordenação do programa. Os resultados demonstraram que o PAA pode ser considerado uma importante política pública para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento econômico local. Além disso, o presente estudo contribuiu para ampliar o debate sobre a necessidade de se manter as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e sensibilizar os atores envolvidos para a Segurança Alimentar e Nutricional.

**Palavras-chave** | Agricultura familiar; desenvolvimento local; Foz do Iguaçu; políticas públicas; Programa de Aquisição de Alimentos.

**Classificação JEL** | I38 O18 R12.

## The Food Purchasing Programme and the local development of Foz do Iguaçu/PR

### Abstract

This study deals with the relationship between the Food Purchasing Programme (FPP) and local development. The aim is to verify the extent to which the FPP contributes to promoting development and strengthening family farming in the municipality of Foz do Iguaçu. The concepts (and perceptions) of endogenous development and family farming were analysed through a literature review. An exploratory and qualitative study was carried out as a methodological procedure. The analysis of the impact of the FPP in the municipality in question was based on reports and files kept by the municipal body responsible for coordinating the

programme. The results showed that the FPP can be considered an important public policy for strengthening family farming and local economic development. In addition, this study has helped to broaden the debate on the need to maintain public policies aimed at family farming and to sensitise the actors involved to Food and Nutrition Security.

**Keywords** | Family farming; Food Purchasing Programme; Foz do Iguaçu; local development; public policies.

**JEL Classification** | I38 O18 R12.

## **El Programa de Adquisición de Alimentos y el desarrollo local de Foz do Iguaçu/PR**

### **Resumen**

Este estudio investigó la relación entre el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el desarrollo local. El objetivo busca identificar en qué medida el PAA contribuye a la promoción del desarrollo y el fortalecimiento de la agricultura familiar en el municipio de Foz de Iguaçu. Mediante una revisión bibliográfica fueron abordados los conceptos de (y percepciones sobre) desarrollo endógeno y agricultura familiar. Como procedimiento metodológico fue realizada una investigación exploratoria y cualitativa. El análisis del impacto del PAA en el municipio fue fundamentado en informes y archivos mantenidos por el órgano municipal responsable por la coordinación del programa. Los resultados demostraron que el PAA puede ser considerado una importante política pública para el fortalecimiento de la agricultura familiar y para el desarrollo económico local. Además, el presente estudio contribuyó en la ampliación del debate sobre la necesidad de mantener las políticas públicas dirigidas hacia la agricultura familiar y sensibilizar a los actores involucrados en la Seguridad Alimenticia y Nutricional.

**Palabras clave** | Agricultura familiar; desarrollo local; Foz do Iguaçu; políticas públicas; Programa de Adquisición de Alimentos.

**Clasificación JEL** | I38 O18 R12.

### **Introdução**

O município de Foz do Iguaçu, área de análise deste estudo, está localizado no extremo oeste do Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu é caracterizado por sua diversidade cultural. A cidade possui um extenso território área de produção agrícola, com 138,17 Km<sup>2</sup> de área rural (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2020a). No que tange ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Observa-se que no município o PAA representa uma alternativa importante e necessária para o fortalecimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local.

Inicialmente, para o estudo da relação do PAA com o desenvolvimento local foram analisadas abordagens fundamentadas na revisão bibliográfica que tratam de conceitos e percepções acerca do desenvolvimento endógeno. Este, segundo Rosa (2004), integra distintas vertentes, tais como os desenvolvimentos local, regional e territorial, embora esses termos sejam comumente similiarizados.

Desde sua implementação, o PAA tem gerado estudos que avaliam seus resultados. Entretanto, no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento local, tem-se observado que é um espaço ainda pouco explorado, sendo este o diferencial deste estudo para a comunidade local.

Obviamente que para se alcançar o pleno desenvolvimento de uma região depende-se consideravelmente da sua organização política e social. É necessário o protagonismo dos atores locais interagindo com diversos setores sociais para promover o desenvolvimento territorial. Portanto, torna-se importante incentivar a aplicação de políticas públicas, alinhando os impactos positivos dessa política para o desenvolvimento local.

Para Kliksberg (1999), mobilizar o capital social e cultural como fatores de desenvolvimento econômico e social não constitui por si só uma proposta utópica. No entanto, para alcançar essa mobilização em uma escala considerável, é necessário o diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Como afirma Bezerra e Ramos (2015), no crescimento endógeno o capital humano é o propulsor do crescimento econômico, ou seja, valorizar as raízes e a cultura local da agricultura familiar por meio da execução do PAA é um exemplo prático de como as políticas públicas podem ser aplicadas para o desenvolvimento regional. Ressalta-se que o município de Foz do Iguaçu contribui a nível regional por meio da agricultura familiar, uma vez que, por falta de outras atividades econômicas atrativas e políticas públicas direcionadas, incentiva os agricultores a permanecerem na atividade.

A partir do exposto, essa pesquisa tem como objetivo identificar e compreender a relação existente entre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o fortalecimento da agricultura familiar e, mais especificamente, se o programa tem contribuído na promoção do desenvolvimento local no município de Foz do Iguaçu.

## **O desenvolvimento local a partir de uma perspectiva endógena**

Comumente, quando se pensa em desenvolvimento e crescimento de uma cidade, tem-se a ideia de um planejamento urbano pautado na industrialização por meio da implantação de rodovias, viadutos – tudo para facilitar o acesso às cidades. Dessa forma, para promover a crescente industrialização, há uma tendência de transformar áreas produtivas em loteamentos urbanos ou em grandes empreendimentos, conforme observado por Santos (2000). É preciso, então, observar que a falta de

um planejamento urbano adequado pode gerar aglomerados populacionais que interferem negativamente na qualidade de vida dos habitantes. Porém, o desenvolvimento de um território não pode ser baseado apenas nessas características. Conforme aponta Oliveira (2002), o desenvolvimento deve ser entendido como um conjunto de mudanças e transformações que se refletem na economia, política e, principalmente, no quesito humano e social. Ou seja: o desenvolvimento nada mais é que o crescimento, englobando os incrementos positivos no produto e na renda, que é transformado para satisfazer as mais variadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

O desenvolvimento não deve estar restrito ao conceito de que “o bom é quando se tem mais”, sem atentar à qualidade desse acréscimo. Por isso que sociedades capazes de produzir constantemente são consideradas desenvolvidas. Em outras palavras: é possível alcançar crescimento econômico sem necessariamente atingir um pleno desenvolvimento, porém, não se pode chegar ao desenvolvimento sem passar por crescimento econômico em determinada sociedade.

Na concepção de Kliksberg (1999), os fatores determinantes para o crescimento econômico são fundamentados em diferentes tipos de capital: a) capital natural, formado pelos recursos naturais existentes em cada país ou região; b) capital físico, o qual inclui a infraestrutura, bens de capital, capital financeiro e comercial; c) capital humano, determinado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população; e d) capital social, que seria o nível de relacionamento entre os indivíduos. Entretanto, ainda assim, na opinião do autor, os capitais humano e social são considerados os fatores mais influentes no desempenho econômico de determinada região. Assim, nota-se que tais capitais impactam positivamente nos índices de participação coletiva e otimização da distribuição de renda.

Muitos teóricos apresentam as condições favoráveis para o pleno desenvolvimento de uma sociedade, sendo a teoria endogenista um fator de grande influência. A teoria de desenvolvimento endógeno, segundo Moraes (2003), tem suas origens na década de 1970, quando notadamente se destacam propostas de desenvolvimento da ‘base para o topo’, ou seja, de ‘baixo para cima’, parte-se da proposta de fortalecer as potencialidades do local, na intenção de transformar, bem como qualificar o que já existe de produtivo em determinado espaço. Para Moraes (2003, p. 197), a principal contribuição da teoria endogenista seria “verificar como instituições e fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial poderiam ser gerenciados de dentro da região e não mais a partir de fora”.

Amaral Filho (2009) corrobora com esta teoria ao conceituar o desenvolvimento endógeno como sendo um processo de crescimento econômico interno resultado de uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade que a região tem de absorver e reter o excedente econômico gerado na economia local, atraindo excedentes provenientes de outras

regiões. Consequência desse processo é notório a ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional gerada por uma determinada atividade econômica.

No município de Foz do Iguaçu a principal atividade é o turismo. A cidade é centro turístico do oeste do Paraná e é um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros, destacando-se pelo seu potencial ecológico, com as Cataratas do Iguaçu, Parque das Aves, Marco das 3 Fronteiras e Refúgio Biológico de Itaipu. Nessa perspectiva, pode-se considerar que o município possui um fator essencial para a exploração do desenvolvimento endógeno, pois, de acordo com Amaral Filho (2009), o turismo pode ser considerado como a atividade que mais se aproxima desse desenvolvimento.

Entretanto, para além da atividade turística, o município apresenta outros fatores em potencial, como a agricultura, por exemplo. O espaço rural tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma cidade. As transformações no campo permitem novos estudos que visam melhorar o ambiente e ouvir o que o produtor necessita no seu espaço. Com um eficaz planejamento urbano é possível identificar o perfil das pessoas que ali vivem, mapear demandas e necessidades de tal forma que a ação pública possa ser mais eficaz, atendendo, assim, as expectativas de seus habitantes. Diante disso, valorizar a agricultura familiar em Foz do Iguaçu é uma alternativa interessante para promover o desenvolvimento endógeno, já que a cidade possui uma extensa área de produção agrícola (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2020a).

O fortalecimento da agricultura familiar tem sido um dos principais objetivos do município por meio das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento (Smag). Com incentivo à produção dos pequenos produtores rurais, a Smag vem continuamente buscando integrá-los em políticas públicas direcionadas, sendo o PAA uma das ações que mais se destaca, uma vez que permite aproximar a comunidade rural, valorizando o que ali é produzido.

## **Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional**

É evidente o papel da agricultura familiar no processo do desenvolvimento econômico do país, visto que contribui para o combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional da população (Nascimento; Johann; Basso, 2017).

A classificação de agricultura familiar adotada neste estudo é definida por Wanderley (1996) como aquela em que o grupo familiar, ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, sendo o resultado deste trabalho de fundamental importância na alimentação da população e no contexto econômico e social do país. Sendo assim, a agricultura familiar não é uma categoria social recente, mas, sim, um conceito

genérico que incorpora uma diversidade de situações tanto específicas quanto particulares.

Ainda conforme Wanderley (1996), a referência a uma ‘agricultura de subsistência’, frequente na literatura especializada, pode não ser de fato o objetivo principal dos agricultores. No seu entendimento, nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à mera obtenção direta da alimentação familiar, fato corriqueiro quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Neste ínterim, é notório que, ao criar espaços de comercialização, a agricultura familiar pode expandir e alcançar resultados promissores. Neste sentido, a execução do PAA é um significativo programa que inclui a disseminação da agricultura familiar, ao mesmo tempo que contribui para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Nesse aspecto, os direitos à alimentação e à segurança alimentar tornam-se sinônimos e são elementares dos direitos humanos, relacionando-se a outros, como educação, saúde, moradia. Conforme Freitas e Pena (2007), é com base nesses direitos que surge a necessidade de implementação de políticas públicas por parte do Estado. A SAN é um tema do direito fundamental, dado que, sem esse recurso, o cidadão não tem oportunidade de se desenvolver nem de participar plenamente da vida. Para os autores, o Estado deve assegurar esse direito desenvolvendo ações, como por exemplo, monitorar a produção de alimentos, o uso sustentável dos recursos naturais, a vigilância nutricional da população, o acesso físico e econômico aos alimentos, incluindo a erradicação da pobreza.

Na literatura há várias definições para o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo adotado neste estudo o texto apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (2020) que define:

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Por que então a agricultura familiar está tão vinculada à temática de SAN? Porque a produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a agricultura familiar é responsável por uma parcela fundamental da produção de alimentos consumidos internamente no Brasil, além de estimular o emprego em áreas rurais, onde se encontram um dos focos mais persistentes de pobreza e insegurança alimentar (FAO, 2012).

## O Programa de Aquisição de Alimentos como estratégia de desenvolvimento local

O PAA é uma ação do Governo Federal criada em 2003 para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar num dos aspectos mais difíceis que é o acesso de seus produtos ao mercado. Os processos de comercialização por meio do PAA são simplificados, uma vez que há dispensa de licitação para a compra dos produtos da agricultura familiar, ou seja, prevê a compra direta de alimentos dos agricultores locais (Hespanhol, 2013).

Santos *et al.* (2012) afirmam que o PAA favorece o homem do campo no sentido que oferece oportunidades de comercialização da produção por meio das compras governamentais, e dos contratos que são elaborados com base no contexto local, o que minimiza as perdas por falta de canais de comercialização. Além do mais, o programa garante a segurança alimentar e nutricional com a doação dos produtos da agricultura familiar às entidades públicas locais de assistência social, como creches, escolas, asilos, igrejas e associações comunitárias.

Os beneficiários do PAA são produtores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, acampados, agroextrativistas, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas. No caso de Foz do Iguaçu, os beneficiários cadastrados são agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Como o público consumidor tem-se as populações em situação de insegurança alimentar e entidades socioassistenciais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2020b).

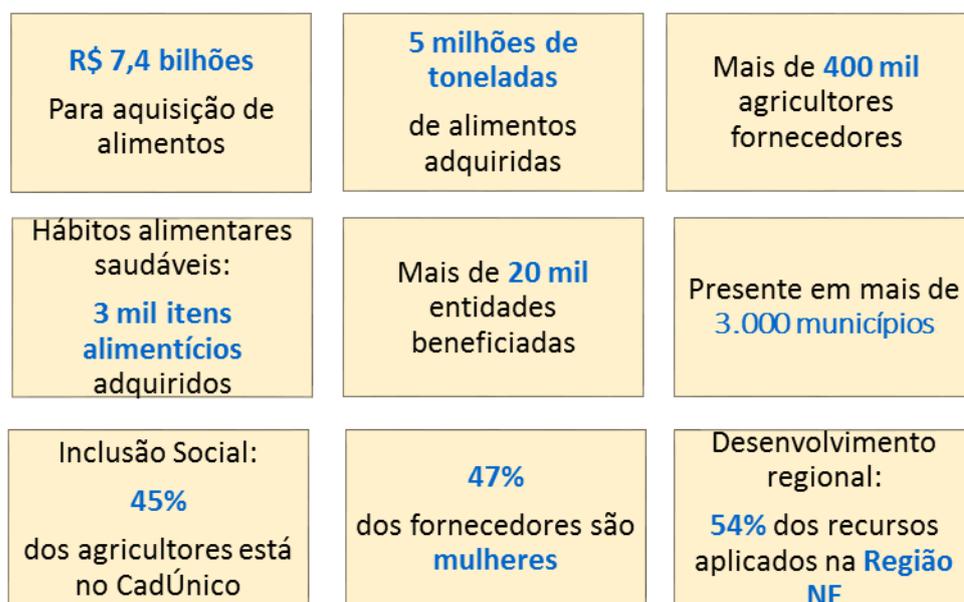
Em 2020, cada família tinha o limite de venda de até R\$ 6.500 por ano. As exigências para participação é ter Nota Fiscal do Produtor Rural e apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), além de ter produção própria para a venda. A DAP é fornecida gratuitamente pelos órgãos de extensão rural local e/ou Sindicato de Trabalhadores Rurais.

No intuito de apresentar resumidamente o avanço do programa desde sua implementação, o MDS apresenta os significativos números, apresentados na Figura 1.

O objetivo do PAA é promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção, visando o desenvolvimento da economia local e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais. Especificamente, visa fortalecer as economias locais com a geração de trabalho e aumento da renda na agroindústria familiar. Em síntese, busca-se:

Contribuir para a segurança alimentar e nutricional; Ampliar os canais de comercialização da Agricultura Familiar, usando o poder de compra do Estado; Estimular circuitos locais de produção; Promover geração de renda para agricultores familiares; Promover alimentação saudável; Fornecer alimentos para abastecimento dos equipamentos públicos da rede socioassistencial (Relatório Programa de Aquisição de Alimentos – MSD, 2016).

Figura 1 - Números do Programa de Aquisição de Alimentos



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2020).

De acordo com Sambuichi (2020), a garantia de comercialização proporcionada pelo PAA, e o conseqüente aumento da renda dos agricultores familiares, acaba influenciando a expansão do consumo dessas famílias, provocando um ciclo virtuoso de desenvolvimento na economia local. O programa é considerado uma política pública inovadora para o desenvolvimento rural. Conforme Corrêa (2008, p. 14), com a execução do programa “objetiva-se o rompimento do ciclo da pobreza no campo, em que os agricultores, sem condições de comercializar, não produzem o suficiente e, por não produzirem ou não terem como escoar a produção, não comercializam”.

O programa possibilita aos agricultores venderem seus produtos às instituições públicas locais. No caso do município de Foz do Iguaçu, ao Banco de Alimentos (BA). Este faz a gestão dos produtos advindos do PAA e de doações diversas, além da entrega gratuita simultânea às entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Nota-se que uma das limitações do PAA se trata da falta de articulação entre as políticas públicas, como o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e à assistência técnica (HESPANHOL, 2013). No entanto, incentivar a ampliação e implantação do PAA à diversas comunidades é uma alternativa importante para levantar o debate sobre a fome e formas de utilizar essa política pública para promover o desenvolvimento local, pois nas palavras de Lemos e Lima (2014):

O PAA nos reporta às discussões relacionadas à pobreza no Brasil, à fome, à disponibilidade de alimentos, à segurança alimentar e nutricional e às relações de comercialização da agricultura familiar. Outro elemento de discussão relacionado à temática é como essas políticas têm contribuído para o desenvolvimento local e qual o papel das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural no apoio ao segmento populacional da agricultura familiar para que este melhor participe e se beneficie das políticas públicas (Lemos; Lima, p. 5, 2014).

Em Foz do Iguaçu, o papel da Smag é articular parcerias em potencial com diversas secretarias, bem como outras instituições para o fortalecimento contínuo do programa. Atualmente, são 180 produtores familiares que estão cadastrados no PAA e que abastecem o BA que é o responsável pela distribuição às entidades socioassistenciais do município cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social. Cabe ressaltar que as ações do PAA têm contribuído em muito para a valorização da agricultura familiar e desenvolvimento local. Os alimentos são produzidos no município, consumidos pela população local e, assim, estimulando a economia da cidade. O programa contribuiu para o fortalecimento e o resgate da cultura alimentar regional. Antes o que o agricultor produzia era, em grande parte, apenas para o seu consumo sem destinação comercial, agora pode ser vendido e assim agrega valor ao seu produto e garante uma renda para a família.

Conforme Quadro 1, todos os recursos aplicados ao longo do programa foram realizados em sua totalidade.

#### **Quadro 1 - Execução dos recursos do PAA no período de 2013 a 2020 em Foz do Iguaçu**

Ano	Agricultores cadastrados na Nota Fiscal do Produtor Rural	Agricultores cadastrados no PAA	Recursos destinados ao PAA	Recursos aplicados Total em R\$
2013	574	110	R\$ 495.000,00	R\$ 495.000,00

Ano	Agricultores cadastrados na Nota Fiscal do Produtor Rural	Agricultores cadastrados no PAA	Recursos destinados ao PAA	Recursos aplicados Total em R\$
2014	614	110	R\$ 495.000,00	R\$ 495.000,00
2015	669	200	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.300.000,00
2016	727	200	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.300.000,00
2017	765	140	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00
2018	796	140	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00
2019	840	Não teve	_____	_____
2020	895	124	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00

Fonte: Relatório Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento de Foz do Iguaçu, 2020.

Nota-se, ainda, que apenas no ano de 2019 não houve execução do PAA por falta de recursos do governo federal. Em 2020 ele foi retomado e, mesmo com algumas limitações impostas pelo agravamento da pandemia de Covid-19, manteve-se a distribuição de alimentos com algumas mudanças relacionadas aos horários de entrega e regras de higiene.

### **O Banco de Alimentos como promotor de segurança alimentar e nutricional em Foz do Iguaçu**

A definição de Banco de Alimentos pode ser bem compreendida como “armazéns centralizados ou organizações sem fins lucrativos, criados para recolher, armazenar e distribuir alimentos excedentes, de forma gratuita para pessoas famintas ou para agências sociais de linha de frente que fornecem alimentos e refeições suplementares” (Riches, 2002, p. 650). No entanto, segundo o autor, seria imprudente considerar essa descrição como definitiva, pois pode-se agregar outras funções a este espaço, dependendo de suas metas e objetivos, bem como seu tamanho e escopo.

Os Bancos de Alimentos são equipamentos públicos de abastecimento e Segurança Alimentar que tem como principal objetivo o combate à fome e ao desperdício de

alimentos (Rangel, 2016). Atuam no armazenamento, processamento e distribuição de alimentos doados, mas que se encontram em condições de consumo e que não oferecem risco ao consumo humano. Depois de recebido, selecionado, processado ou não, e embalado, os alimentos são distribuídos gratuitamente às entidades socioassistenciais (Gasparoni, 2017). Os alimentos que chegam ao BA podem ser por meio de doações ou via programa governamental, destinados a entidades de caráter socioassistencial, também podem ser privados, desde que sua gestão seja feita por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos.

O BA de Foz do Iguaçu é um espaço de fundamental importância no município por atender as necessidades das populações mais carentes, contribuindo com o direito humano à alimentação, e assim, promovendo inclusão social e econômica dos produtores rurais, que com o PAA, e dentre outros, geram o fortalecimento da agricultura familiar.

O BA de Foz do Iguaçu possui em seu cadastro ativo um total de 247 fornecedores, entre doadores diversos e oriundos da agricultura familiar que entregam seus produtos para doação simultânea às entidades cadastradas, que hoje somam o total de 42 entidades (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2020a). Seus usuários são entidades assistenciais, associações, institutos e fundações sem fins lucrativos que atendem a indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como também programas, projetos e ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Os beneficiários são aqueles que usufruem dos serviços das entidades assistenciais cadastradas junto ao BA e consome os alimentos distribuídos (famílias, crianças, adolescentes, adultos, idosos, doentes e outros em situação de vulnerabilidade social) e a população em geral que se encontra em situação de insegurança alimentar em caráter emergencial (Brasil, 2010).

Nota-se que os BA estão alinhados em três esferas: econômica, social e ambiental. Como agente atuante no combate à fome e ao desperdício alimentar. Busca-se causar impactos positivos para amenizar a degradação social – garantindo segurança alimentar às pessoas necessitadas – e, concomitantemente, contribuir com a preservação ambiental, além de oportunizar o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares (Brasil, 2010).

## **Metodologia**

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica relacionada ao tema abordado no presente artigo, bem como uma análise do PAA aplicado no município de Foz do Iguaçu com seus impactos sociais.

Nesse contexto, a análise qualitativa foi a mais indicada para este estudo em questão. De acordo com Gil (2002), a análise qualitativa é menos formal do que a análise

quantitativa, sendo mais apropriada para estudos que objetivam o aprofundamento de fenômenos sociais.

Foram utilizados os pressupostos da pesquisa participante que é definida por Brandão (1998, p. 43) como sendo “a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”. Segundo o autor nessa modalidade de pesquisa a população envolvida objetiva identificar seus problemas, analisá-los e buscar as soluções adequadas. É importante, portanto, salientar que os participantes não têm suas funções resumidas a delegação de tarefas, pois todos são detentores do conhecimento produzido e colaboradores na pesquisa.

A técnica escolhida para a coleta de dados do trabalho de campo foi a entrevista semiestruturada, em razão de ser a que mais se aproxima de uma conversação, de um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. A vantagem dessa técnica é que ela oferece mais liberdade à pesquisa, considerando que existe flexibilidade para adaptações que podem ser ajustadas no decorrer da entrevista e suas principais características residem no fato de “[...] apoiar-se em teorias e hipóteses que se relacionam com o tema de pesquisa; descrever e explicar os fenômenos analisados e que o aluno/pesquisador seja atuante no processo de coleta de informações” (Triviños, 1987, p. 146).

Neste sentido, a coleta de dados foi realizada com 19 agricultores cadastrados no PAA e que participam da Feira Agroecológica toda semana no Gramadão da Vila A. Em dois momentos foram realizadas visitas ao espaço de comercialização (em setembro e outubro de 2020) de maneira informal e descontraída, os agricultores se dispuseram gentilmente em dialogar sobre o impacto do programa em suas vidas e no município.

Também foi realizada coleta de dados com o servidor público responsável pela execução do programa, que apresentou de forma clara e objetiva informações pertinentes ao seu período de gestão, que teve início em 2013. Enfatizou-se, com pesar, que informações anteriores a esse período não estavam sob sua guarda, o que dificultou uma análise mais profunda do impacto do programa nos seus primeiros anos de execução. Informações como: número de fornecedores cadastrados no BA, entidades assistenciais atendidas, número de atendimentos realizados, registros organizacionais, como tabelas, orçamentos e os dados geográficos aqui mencionados foram incluídos mediante o registro em arquivos mantido pela entidade que coordena o PAA – a Smag. Os dados foram coletados por meio dos arquivos em computador, fichas, relatórios impressos e digitais, memorandos impressos arquivados. O uso de registros e documentos já disponíveis reduz tempo e custos de pesquisa, além oferecer uma informação estável sem depender de uma forma específica de coleta.

Nascimento, Johann e Basso (2017), afirmam que a avaliação de uma política pública é uma ferramenta importante para o governo, pois é por meio dela que é

possível realizar uma série de ações em função dos resultados obtidos, a saber: gerar informações úteis para futuras políticas públicas; prestar contas de seus atos; justificar as ações e explicar seus atos; responder se os resultados esperados estão sendo alcançados e identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa.

**Quadro 2 - Elementos constitutivos analisados com base nas categorias: saúde, social, econômica**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Elementos Constitutivos</b>	<b>Questões</b>
Saúde	Alimentação	Entrega semanal de produtos aos beneficiários	Como ocorre a entrega dos produtos?
		Variedade de alimentos	
		Produtos agroecológicos	
	Nutrição	Introdução de novas culturas alimentícias	Os alimentos são livres de agrotóxicos?
		Garantia de alimento às entidades socioassistenciais	
		Alimentação saudável	
Social	Político	Entendimento do que são Políticas Públicas	O PAA estimula os pequenos produtores?
		Mais alcance de recursos para PAA	
		Legalização da documentação dos produtores	
		Incentivo à elaboração de leis para Agricultura Familiar	
	Engajamento	Participação do pequeno produtor da agricultura familiar	Quais estratégias adotadas em 2019 quando não houve PAA?
		Resgate da cultura local	

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Elementos Constitutivos</b>	<b>Questões</b>
Econômica		Empoderamento da agricultura familiar	
		Desenvolvimento do capital humano	
	Desenvolvimento local	Geração de renda em diversos setores do município	O PAA propicia o desenvolvimento local?
		Busca de novos mercados	
		Preço justo ao consumidor final	
		Inserção dos produtos da agricultura familiar em grandes mercados do município	
		Aumento de doadores ao BA	
	Financeiro	Aumento da produção	Houve aumento de renda familiar após sua inserção no PAA?
		Melhorias na propriedade familiar	
		Aumento da renda mensal	
Crescimento do número de famílias produtoras			
Fixação do agricultor no campo			

Fonte: Elaborado pelos autores

Sendo assim, para analisar as contribuições do PAA como Política Pública para o desenvolvimento local, desenvolveu-se categorias de análise predefinidas (Quadro 2) no intuito de identificar os elementos constitutivos que permitem avaliar os resultados obtidos com a execução do programa a nível local.

## **Análise dos resultados e discussão**

Nesta seção realizou-se a análise dos impactos do PAA no município de Foz do Iguaçu. Para mensurar os impactos advindos com o PAA foi feita uma análise do programa em conjunto com o servidor público da Smag, que coordena as ações no município e agricultores participantes. Para facilitar o entendimento apresenta-se abaixo os resultados por categorias, de acordo com os elementos constitutivos analisados.

### **Categoria saúde**

No escopo da categoria saúde foram estabelecidas as subcategorias alimentação e nutrição, ambas analisadas a partir do questionamento da periodicidade da entrega dos alimentos do PAA e da qualidade desses produtos aos beneficiários. Assim, tem-se os resultados abaixo.

#### *Subcategoria: Alimentação*

Em relação à entrega dos produtos do PAA, o coordenador do programa afirmou que ocorre semanalmente no Banco de Alimentos de Foz do Iguaçu. No entanto, a distribuição às entidades socioassistenciais acontece diariamente (segunda à sexta-feira), às vezes em finais de semana e feriados, dependendo da necessidade das entidades, pois o objetivo principal é garantir o alimento à população vulnerável.

Um fator importante para a escolha dos fornecedores é a variedade dos alimentos que compõem a cesta de produtos. Os agricultores diversificam seus produtos, priorizando sempre o alimento da época, garantindo variedade e qualidade ao consumidor final.

Outro fator decisivo para a escolha dos produtos que integram o PAA é a priorização dos produtores agroecológicos. O PAA propicia alimentação saudável para as crianças nas escolas e creches. Além disso, as merendas são de primeira qualidade, com variedade e segurança no consumo, pois se conhece a origem.

#### *Subcategoria: Nutrição*

O BA de Foz é o órgão público que atua no processamento e distribuição de alimentos às entidades socioassistenciais. A maioria dos produtos recebidos são provenientes do PAA. Neste sentido, o programa contribui significativamente na promoção da segurança alimentar e nutricional da população mais vulnerável da cidade.

O PAA valoriza os produtos da nossa terra, de pequenos produtores, contribuindo no resgate da cultura local, incentivando a diversidade e a produção orgânica e a introdução de novas culturas alimentícias. Além disso, o fornecimento de alimentos de qualidade para as escolas contribui significativamente na melhoria do estado nutricional e de saúde das crianças atendidas.

Concluindo a análise da categoria saúde, verifica-se que as ações estratégicas do programa estão alinhadas ao conceito de SAN proposto pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Este compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes para atender as demandas fisiológicas, garantindo uma alimentação adequada.

Nota-se, também, que por ser um programa voltado à agricultura familiar e que atende o pequeno produtor do município, torna-se evidente a abordagem de Santos *et al.* (2012) quando afirma que o PAA favorece o homem do campo no sentido que oferece oportunidades de comercialização da produção por meio das compras governamentais.

## Categoria Social

No escopo da categoria social foram estabelecidas as subcategorias: política e engajamento, ambas analisadas a partir do questionamento se o PAA estimula os pequenos produtores e quais foram estratégias adotadas em 2019 – quando não houve a execução do programa. Assim, apresenta-se na sequência os resultados.

### *Subcategoria: política*

Com base em relatórios, observou-se que com o decorrer do tempo o programa trouxe inúmeros benefícios para agricultores (aumento de renda), consumidores (diversidade de produtos) e para a região (desenvolvimento local) – que ao longo do tempo vem se destacando na agricultura e alcançando mais políticas públicas para o setor. De acordo com o coordenador do programa, os agricultores passaram a buscar mais entendimento sobre as políticas públicas e assim alcançar mais recursos para ampliação do PAA.

Houve, também, maior representatividade dos produtores rurais junto às instituições governamentais. Após participarem do PAA, novas oportunidades surgiram. No ano de 2019, que não houve recursos destinados ao programa, os agricultores se articularam entre si e buscaram novos mercados, pois, se dependessem apenas do programa, teriam dificuldades financeiras.

Outro fator importante foi a busca pela legalização da documentação. Os agricultores passaram a se interessar mais pelas leis que beneficiam a agricultura

familiar. Além disso, aumentou o número de cadastros no setor de Nota Fiscal do Produtor Rural.

#### *Subcategoria: engajamento*

Além de todos os resultados positivos apresentados, deve-se destacar as melhorias na organização local. A comunidade de agricultores passou a ter mais autonomia e melhorias na forma de trabalhar. Com a participação contínua no programa, as relações sociais entre eles aumentaram, proporcionando maior interação e resgate da cultura local.

Os agricultores passaram a se engajar mais e em parceria com Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa) e Itaipu, passaram a realizar Feira Agroecológica, semanalmente no Gramadão da Vila A. Este encontro semanal trouxe mais alegria aos agricultores, pois é uma oportunidade a mais de comercialização dos produtos, oferecendo um preço justo ao consumidor final e a entrega é garantida.

Na análise correspondente a essa categoria, verificou-se que os agricultores se tornaram mais engajados e buscaram se legalizar, atualizando constantemente a documentação necessária para participar do programa. Este fato está alinhado com um dos objetivos do PAA, apresentado no site do Ministério de Desenvolvimento Social, que prevê o incentivo à documentação dos produtores, sendo estabelecidas algumas exigências para ingresso, como por exemplo, possuir Nota Fiscal do Produtor Rural, apresentar a DAP e ter produção própria para a venda. Assim, são estimulados a atualizar constantemente seus dados, contribuindo, ainda, para a permanência dos pequenos produtores no campo.

No quesito social, o PAA se destaca, pois valoriza a cultura local não são apenas por meio dos produtos, mas, também, pelo capital humano envolvido no processo, o conhecimento da cultura e a força de trabalho do pequeno produtor. Na concepção de Kliksberg (1999), a valorização do capital humano é um dos fatores mais influentes no desempenho econômico de determinada região.

#### Categoria econômica

No escopo da categoria econômica foram estabelecidas as subcategorias desenvolvimento local e financeiro. Eles foram analisados a partir do questionamento se o PAA propicia o desenvolvimento da região e se houve aumento da renda familiar após ingresso no programa. Assim, apresenta-se os resultados na sequência.

### *Subcategoria: Desenvolvimento Local*

Com a participação no PAA, pequenos agricultores que antes se limitavam a produzir para consumo, passaram a aumentar a produção, já que há uma garantia de comercialização.

Com as ações do programa é possível, além de focar no aumento de renda mensal dos agricultores familiares, promover a sensibilização da sociedade local para os problemas da fome, conseguindo, assim, outros doadores em potencial que abastecem o Banco de Alimentos.

Com o PA houve uma abertura de mercado para os produtos oriundos de pequenas propriedades, motivando uma visão empreendedora da atividade agropecuária por parte das organizações. Hoje, inúmeros pequenos produtores expandiram seus negócios e comercializam seus produtos nos mercados locais, evitando a ação de atravessadores.

### *Subcategoria: financeiro*

Com o ingresso no programa, muitos agricultores tiveram uma forma a mais de escoar a produção excedente. Assim, além de ajudar na diversificação com a introdução de novas culturas alimentícias, agregou-se valor ao produto gerando um incremento à renda mensal, que inevitavelmente foi revertida no consumo de produtos e bens na cidade. Além disso, auxilia os agricultores familiares locais a comercializar e a continuar produzindo para além do programa.

Dados fornecidos pela Smag mostraram que o PAA proporciona aumento e diversificação dos salários e/ou da renda, já que é um canal de comercialização que possibilita a garantia da venda e melhora a qualidade da alimentação dos beneficiários fornecedor, sendo um programa participativo que envolve as famílias agricultoras que até então não tinham espaço (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2020b).

O programa influencia positivamente a economia, pois paga preços equivalentes de mercado, agregando valor aos itens, o que, aliado à oferta de garantia de compra dos produtos da agricultura familiar, colabora com o escoamento da produção.

Na análise da categoria econômica verificou-se que a execução do PAA em Foz do Iguaçu trouxe a fixação das pessoas no campo e a garantia de uma renda mensal, permitindo ampliar ou diversificar a produção. Ao longo dos anos de execução do PAA foi notório o desenvolvimento do município, pois criou-se condição aos trabalhadores rurais de uma vida melhor e de ter mais respeito na sociedade. Somase, ainda, o fato que tudo comprado pelo programa fica dentro do próprio município, gerando renda para diversos setores da sociedade.

Tal resultado alinha-se à abordagem de Sambuichi (2020), que afirma o pressuposto de que quando há garantia de comercialização proporcionada pelo PAA,

inevitavelmente há um conseqüente aumento da renda dos agricultores familiares. Provocando, desta forma, um ciclo virtuoso de consumo e desenvolvimento na economia local.

Pode-se concluir que o PAA em Foz do Iguaçu contribui com o objetivo proposto conforme Corrêa (2008, p. 14), que é “o rompimento do ciclo da pobreza no campo, em que os agricultores, sem condições de comercializar, não produzem o suficiente e, por não produzirem ou não terem como escoar a produção, não comercializam”.

Dessa forma, confirma-se a teoria de Amaral Filho (2009), que aborda que o desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico interno resultado de uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção. Bem como da capacidade que a região tem de absorver e reter o excedente econômico gerado na economia local, atraindo a produção proveniente de outras regiões.

### **Considerações finais**

Considerando a expressividade do PAA em Foz do Iguaçu e os resultados deste estudo, é possível identificar os impactos advindos com o programa desde sua implantação. A nível local, trouxe melhores condições de trabalho aos agricultores familiares e a possibilidade de incrementar suas rendas mensais. Propiciou o desenvolvimento territorial, visto que é promovido o intercâmbio de experiências entre agricultores de associações e cooperativas da região que operam com o PAA, multiplicando, assim, os conhecimentos gerados.

Como impacto social temos o desenvolvimento local, pois os agricultores passaram a ter mais autonomia e interação com os demais setores visando alternativas para expor seu produto e buscar demais mercados até então inexplorados. Como impacto ambiental pode-se considerar o fortalecimento de ações conjuntas com órgãos públicos e instituições não governamentais para trabalhar questões de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com esses agricultores familiares, buscando incentivá-los a transformar as propriedades convencionais em orgânicas, gerando aumento de renda e agregando valor aos seus produtos.

Por meio de todas as evidências concretas dos resultados positivos da execução do PAA, pode-se concluir que ele deveria se configurar como uma política de Estado permanente e com garantia de continuidade, independente do governo que esteja no poder. Ainda para uma maior consolidação, sugere-se o aumento do volume de aquisição de alimentos e aperfeiçoamento de procedimentos que facilitem o acesso dos mais carentes ao programa. Hoje, 180 agricultores estão cadastrados em Foz do Iguaçu no programa, porém, esse número deve ser ampliado, já que 895 agricultores possuem o Cadastro de Produtor Rural (CAD-PRO).

Diante dos resultados obtidos é perceptível que, em sua concepção, o PAA apresenta elementos importantes e necessários utilizados na estratégia de desenvolvimento local. Tais resultados estão relacionados com: a) parcerias – os agricultores ampliaram parcerias com o setor público e o mercado local); b) participação – a comunidade rural se tornou mais participativa no debate sobre políticas públicas e nos eventos temáticos proporcionados pela prefeitura); c) geração de renda – além das vendas contínuas, o PAA foi uma forma a mais de garantir uma renda extra para as famílias produtoras; d) autonomia – os agricultores passaram a interagir mais e ter mais autonomia na divulgação e comercialização de seus produtos, buscando novos mercados para não depender apenas do PAA; e) valorização da cultura local – os consumidores e beneficiários do programa passaram a conhecer mais sobre a agricultura familiar e a valorizar mais a força de trabalho e conhecimento local.

Evidentemente, a abrangência e atuação do programa ainda são limitadas para vislumbrar uma significativa transformação da economia e da sociedade locais, pois ainda não atendem a um grande número de agricultores devido à escassa disponibilidade de recursos financeiros. O fato de o número de agricultores não ser tão expressivo foi uma limitação deste estudo. Porém, por meio do debate aqui apresentando foi possível compreender com maior clareza como o PAA está sendo implantado no município, seus avanços e limitações. Ressalta-se, ainda, que se evidenciou potenciais lacunas para que novos estudos que aprofundem na compreensão da relação das políticas públicas com o desenvolvimento local.

## Referências

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>. Acesso em: 24 set. 2020.

BEZERRA, F. M.; RAMOS, F. DE S. Diferenças regionais de crescimento econômico no Brasil: a importância da especificação de capital humano. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 32-52, 2015. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/20>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRANDÃO, C. R. **Participar-pesquisar**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Repensando a pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRASIL. Decreto n. 19.977, de 22 de out. de 2010. **Aprova o Regimento Interno do Banco de Alimentos**. Foz do Iguaçu, PR, out. 2010.

BRASIL, Lei 11.346/2006. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 23 nov. 2020.

CORRÊA, F. M. C. **Programa de aquisição de alimentos (PAA):** uma comparação entre dois estados do Brasil. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FAO. **Boletim da Agricultura Familiar**, 2012. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/60611-relat%C3%B3rio-da-fao-registra-brasil-entre-maiores-apoiadores-da-agricultura-familiar-na-am%C3%A9rica>. Acesso em: 23 nov. 2020.

FREITAS, M. C. S.; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732007000100008>

GASPARONI, G. P. Bancos de Alimentos como espaço articulador de Políticas Públicas. *In*: II encontro nacional de gestores de bancos de alimentos, 30/11 e 01/12 de 2017, Brasília/DF. **Anais [...]** Brasília: 2017. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/banco\\_de\\_alimentos/II\\_encontro/Banco\\_de\\_Alimentos\\_como\\_espaco\\_articulador\\_de\\_Politicas\\_Publicas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/banco_de_alimentos/II_encontro/Banco_de_Alimentos_como_espaco_articulador_de_Politicas_Publicas.pdf). Acesso em: 21 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003>

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, 1999.

LEMOS, S. M; LIMA, I. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 25, n. 1, p. 69-92, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3682>. Acesso em: 23 out. 2020.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/compra\\_institucional/Relatorio\\_Execucao\\_PAA\\_CI\\_2016.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Relatorio_Execucao_PAA_CI_2016.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v11i2.11303>

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 23 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/prioridades/agricultura-familiar/pt>. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. 2020a. **Perfil da População de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=113>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. 2020b. **Relatório Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento, 2020**. Foz do Iguaçu, 2020. 20 p.

RANGEL, T. O programa banco de alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. **Lex Humana**, v. 8, n. 2, p. 120-136, 2017.

RICHES, G. Food banks and food security: welfare reform, human rights and social policy. Lessons from Canada? **Social Policy & Administration**, v. 36, n. 6, p. 648-663, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9515.00309>

ROSA, S. L. Couto. Diretrizes e princípios em desenvolvimento territorial. *In*: Valério Turnes et al. **Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas e territórios de desenvolvimento**. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2004

SANTOS, A. R. *et al.* Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31555>. Acesso em: 22 out. 2020.

SANTOS, M. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUTICEC, 2000.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200258>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

Data de submissão: 24/05/2021

Data de aprovação: 27/02/2024

Revisão: Daniela Matthes (português), Francieli de Souza Francisco (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

---

*Regina Nascimento*

Universidade Federal da Integração Latino Americana

Praça Getúlio Vargas, 280 – Centro

85851-340 Foz do Iguaçu/PR, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0876-5027>

E-mail: [reginaee@gmail.com](mailto:reginaee@gmail.com)

*Daniel Teotonio Nascimento*

Universidade Federal da Integração Latino Americana

Praça Getúlio Vargas, 280 – Centro

85851-340 Foz do Iguaçu/PR, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-7320>

E-mail: [daniel.nascimento@unila.edu.br](mailto:daniel.nascimento@unila.edu.br)